

Relação Marxismo e ciência: Luta de classes, superação da filosofia e emancipação humana

João Guilherme de Souza Corrêa

*Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia e
Mestrando em Educação do CED/UFSC.*

joa1guilherme@yahoo.com.br

Resumo

O trabalho em tela discute, pela relação contraditória entre marxismo e academia, a contribuição originalmente radical da teoria marxiana para o conhecimento científico da realidade. Atentando que o embate de classes no campo político-econômico também atinge as instituições científicas, procuramos demonstrar como o ponto de vista revolucionário dos trabalhadores, sistematizados teoricamente por Marx, é superior ao ponto de vista do Capital por envolver indissociavelmente na sua noção de ciência e conhecimento da realidade a transformação social radical do estado de coisas existente. Dessa forma, de acordo com Marx, só faria sentido falar em ciência (e portanto, em Filosofia), se esta estiver comprometida com a realização das múltiplas faculdades dos homens, ou seja, com a efetivação da emancipação humana.

Palavras-chave: Teoria marxista. Conhecimento científico. Emancipação humana.

Introdução: Apresentando questões

Dentre os vários debates teóricos que fazem parte do cotidiano de toda instituição científica, um bastante polêmico por ser motivo de mobilização de pesquisadores das diversas áreas do saber desde a instauração moderna da ciência, diz respeito sobre qual é o melhor método científico possível daquele momento histórico, menos vulnerável a erros e que permite extrair legalidades para explicar da forma mais coerente os fenômenos que dizem respeito à vida, à sociedade e à natureza.

Desde a “fundação” do método moderno da ciência com Descartes no século XVII, diversas concepções metodológicas vêm disputando a primazia na direção do caminho ao conhecimento nas instituições posteriormente criadas para esse fim. Do método cartesiano ao empirismo inglês, o positivismo francês, a inovadora contribuição de Kant e, posteriormente atualizada por Hegel e, mais contemporaneamente, o materialismo histórico de corte ontológico de Marx, atualizado no século XX por Lukács, e o conjunto de concepções “pós-modernas”, todas de certa forma, conviventes ou não durante o mesmo período histórico, elaboraram e ainda tentam elaborar,

conscientes ou não desse processo, uma teoria em termos filosoficamente científicos que dê conta de explicar o melhor caminho rumo ao conhecimento dos fenômenos da vida, da sociedade e da natureza. Impregnadas de determinada visão de mundo, não se pode de maneira alguma alegar que cada uma dessas concepções científicas possa estar equidistante das forças sociais do seu tempo.

Se se considera portanto, que toda perspectiva epistemológica está contaminada por determinada visão de mundo e representa interesses práticos de algum grupo social, a disputa para que uma ou outra se firme, mesmo que por pouco tempo até que se tenha dado a sua superação assim como as condições sociais que a mantém, não tem sido nada tranqüila, pois envolve primeiramente uma luta política entre os grupos ou classes sociais que disputam a hegemonia nas relações sociais de cada momento histórico em questão.

O debate talvez mais vigoroso contemporaneamente que se instalou na filosofia da ciência desde o século XIX, tendo-se instalado primeiro no interior das relações sociais de produção, e ainda não resolvido, diz respeito ao duelo entre, de um lado, a tradição epistemológica liberal-burguesa e, de outro lado, a “epistemologia” vinculada à corrente de pensamento fundada por Karl Marx[1]. A nosso ver, mesmo existindo diferenças significativas internas em cada uma delas, essas se anulam quando confrontadas com o que é radicalmente o seu oposto. Tanto a tradição burguesa quanto o marxismo (que apesar de ser fruto dessa tradição rompeu com e ela e no nosso entender a superou – *aufhebung* – no sentido alemão, como tentaremos demonstrar aqui) partem de pressupostos tão estranhos entre si que se tornaram profundamente desarmônicas, chegando a serem de fato concepções científicas litigantes.

Neste cenário, se se considera o debate sobre metodologia como ele mesmo elemento constituinte da própria ciência, a discussão entre métodos científicos que são nos seus fundamentos inconciliáveis toma ares de debate *sui generis* no interior da filosofia da ciência por que envolve diretamente uma disputa, na perspectiva de cada uma, para diferenciar o que é mero acessório do que é de fato essencial para ser conhecido cientificamente. É válido notar que essa disputa acontece não só sob a forma de ataques teoricamente diretos feitos de uma em direção à outra, mas eles acontecem na maioria das vezes de forma indireta, tentando cada uma refutar os argumentos da corrente “adversária” por meio de outras demonstrações, com análises metodológicas

diferentes sobre um mesmo objeto, como é exemplo as investigações sobre a origem do capitalismo feita por Karl Marx e Max Weber, divergentes já nos seus pontos de partida, e que invariavelmente chegaram a resultados opostos.

Discutir a essência que constitui cada uma dessas grandes metodologias inimigas, suas origens, fundamentos, pressupostos e interesses sociais fogem aos limites desse trabalho. Boa parte desse debate já foi feito, e o que usarmos aqui a esse respeito será colocado na bibliografia. No entanto, não nos furtaremos de debater que independente dos resultados diversos que os métodos de fundo radicalmente inconciliáveis cheguem sobre o mesmo objeto diz respeito, no limite, à finalidade política e social que cada uma quer dar para cada resultado. Ou seja, já partimos aqui do pressuposto que não existe neutralidade em relação aos acontecimentos políticos e econômicos em cada método, e para tanto, tendo o materialismo histórico como parâmetro, discutiremos os conteúdos de classe dos processos científicos, dando ênfase na contribuição de Karl Marx, umbilicalmente ligada ao movimento revolucionário dos trabalhadores do século XIX.

Destarte, o principal objetivo do trabalho em tela é, seguindo a trilha de outras contribuições que já foram feitas na literatura especializada sobre o marxismo, reafirmar a sua originalidade e especificidade se comparado ao método científico tradicional de base moderna (burguesa). O caminho a seguir nessa nossa explanação não poderia ser outro que não a discussão a partir da própria trajetória intelectual de Marx, desde quanto toma contato com a filosofia alemã de sua época até a síntese máxima possível de suas pesquisas, que é a elaboração de *O Capital*, crítica de natureza ontológica do capitalismo e de economia política.

Marx: uma persona non grata na academia

Antes de partir para o cerne da discussão que se pretende fazer aqui, faz-se necessário dizer algumas palavras sobre a (tumultuada) relação entre a teoria marxiana e a academia, e os interesses não aparentes que essa relação não revela.

Como é possível de se saber a partir de qualquer biografia do autor[2], Marx inicia sua vida universitária em Berlin, quando matricula-se em 1836 no Curso de Direito da universidade daquela cidade. Interessando-se mais pelos estudos de História e Filosofia, Marx logo se aproxima de um grupo de estudantes que mantinha uma relação

contraditória com a filosofia de Hegel. Os estudantes desse grupo que mais tarde ficaram conhecidos como hegelianos de esquerda ou neo-hegelianos desenvolveram uma nova interpretação do sistema filosófico de Hegel influenciados pelos eventos sociais e políticos que começavam a agitar a Europa, e mais particularmente, a Prússia da época. A filosofia dos hegelianos de esquerda causava polêmicas no interior da universidade por trazer para o debate filosófico as questões candentes da política e da economia do momento, apropriando-se, a partir de um viés liberal radical, o sistema filosófico de Hegel. Essa posição “radical” de alguns neo-hegelianos é que acabará impedindo a continuidade da vida acadêmica de Marx após seu doutoramento. Isso ocorreu por que o neo-hegeliano Bruno Bauer (1809-1872) seu amigo na época, fora expulso da cátedra em que dava aula; fato que em grande medida serviu para fechar as portas da vida de professor universitário para Marx.

O importante é notar que Marx desenvolveu toda sua densa produção bibliográfica e formulou sua teoria da história sempre às margens da academia, e mesmo depois da sua morte, após muitos outros pensadores, além do proletariado internacional, terem reconhecido a imensidade, originalidade e riqueza de sua produção, o marxismo continuou por muitos anos fora das universidades.

O processo de reconhecimento do marxismo como teoria científica ainda não é tranqüilo e não está acabado. Aos poucos ele conseguiu espaço nos meios acadêmicos de boa parte do mundo, mas sempre de forma tensa e contraditória. Ora sendo utilizado de forma instrumental para criticar parcialidades da sociedade capitalista (um bom exemplo disso é a Escola de Frankfurt), retirando de Marx a noção crítica da totalidade, ora reduzindo o corpus teórico de Marx a um tipo de socialismo que nega a filosofia e o conhecimento científico.

Nesse ínterim, queremos colocar que o debate sobre a cientificidade das teorias marxianas frente as demais métodos científicos é ainda atual e ganha cada vez mais destaque na medida em que se assiste a uma nova empreitada teórica contra os fundamentos do marxismo que conseguiram se fixar na academia. Vide, por exemplo, a importância contemporânea das teses de Habermas e a diluição do seu conteúdo por outras áreas da academia que não a filosofia e a sociologia. Por outro lado, essa caçada anti-marxista ainda ganha o reforço contemporâneo da teoria e prática econômica

neoliberal que vai se tornando, a sua maneira, cada vez mais hegemônico no interior das agremiações científicas³.

Dessa forma, a respeito da discussão epistemológica feita sobre um ponto de vista classista, pode-se dizer que existem as duas opiniões na universidade sobre o marxismo: de um lado, os declarados opositores da teoria marxista, somados àqueles que a consideram apenas como mais uma relevante obra da filosofia moderna ocidental, e de outro lado, os que elevam o conjunto da obra marxiana à uma categoria diferenciada no que diz respeito ao patrimônio intelectual da humanidade e uma específica forma de intervenção na realidade.

Assim, se modernamente a academia é considerada como o local destinado, por excelência, à produção e ao desenvolvimento da ciência e do saber, este, só passível de ser atingido mediante rigorosos exames metodológicos da realidade, o debate sobre a veracidade científica dos postulados escritos por Karl Marx ganha nesse meio um contorno todo especial, pois implica em – desde que reconhecida a importância das teorias marxianas – um avanço tão qualitativo na concepção de fazer ciência e intervir no meio social, que por suposto lógico deveria colocar em risco a própria noção burguesa de conhecimento e também a razão de ser das academias modernas. No entanto, a realidade é mais complexa, e o não-reconhecimento do marxismo como ciência na academia é implicação, no limite, de interesses de classe inconciliáveis.

Hector Benoit, refletindo sobre a metodologia utilizada por Marx na pesquisa e na forma de sua exposição em *O Capital* – expressão mais acabada da teorização marxiana – nos transmite a seguinte indagação:

A obra de Marx, e particularmente *O Capital*, do ponto de vista do próprio capital, é uma obra científica? Se por ciência entendermos exclusivamente o conhecimento e a compreensão positivos (ou afirmativos) de um determinado objeto em suas diversas particularidades e aspectos temporais ou estruturais, certamente, esta não é uma obra científica (1996, p. 14).

É claro que do ponto de vista dos apologetos da sociabilidade burguesa a teoria marxiana não pode jamais ser considerada científica, uma vez que já encerrada a fase revolucionária dessa classe no século XIX, quando, lançou mão no campo da ciência, do

que havia de mais avançado no conhecimento racional para derrotar na luta de classes o antigo regime, a ciência moderna se tornou subordinada aos interesses burgueses na manutenção da estrutura de classes e funcional à suas necessidades de auto-reprodução.

Assim, o marxismo como expressão teórica do movimento mais radical dos trabalhadores modernos, não se limita à uma concepção medíocre de ciência (analítica e, quando muito reformista), mas se converte em primeiro lugar, em uma análise profunda sobre o ser social e suas múltiplas determinantes concretas e, em segundo lugar, em algo mais que uma teoria científica, mas em uma teoria revolucionária, que identifica o conteúdo social do conhecimento, propondo a mudança radical da realidade. Em relação a O Capital é isso que Benoit nos diz mais à frente no seu artigo:

O Capital não é uma obra científica, ao menos como se compreende que uma obra acadêmica (-burguesa) de história, de sociologia ou mesmo de economia é chamada de “científica”. O Capital é uma obra científica, mas também, ao mesmo tempo e na mesma relação, isto é, de maneira inseparável, é uma obra revolucionária, ou seja, uma teoria revolucionária (Benoit, 1996, p. 14, grifos do autor).

O debate acadêmico sobre a validade científica das teses marxianas é polêmico na academia porque envolve, de um lado, intelectuais vinculados à noção tradicional de ciência, conformados, conscientemente ou inconscientemente, com a sociedade capitalista, e de certa forma beneficiários dela, e de outro lado, intelectuais que insistem (ou que pelo menos deveriam insistir) na permanência do marxismo na academia, na medida em que esta tem a possibilidade de se apresentar como mais um espaço onde se trava uma luta contra-hegemônica em relação aos valores da classe política e economicamente dominante, articulando a pesquisa teórica crítica do conhecimento humano acumulado com a práxis social em uma perspectiva política de intervenção na realidade declaradamente favorável às classes subalternas.

De outra maneira, os opositores da teoria marxiana ao afirmarem a sua não-cientificidade (não-positividade) no trato com o objeto pensam poder também ter demonstrado a sua disfuncionalidade no que concerne ao progresso do que eles consideram como sendo “a ciência” na academia, e por isso se organizam politicamente para que o que ainda dele resiste não seja mais ensinado e utilizado na universidade⁴. Além do mais, a crítica dos acadêmicos à presença das teorias marxianas nas universidades faz sentido se entendermos que eles representam interesses de uma classe

social específica que teme o desvelamento e a mudança radical das contradições sociais que o marxismo, como sistematização teórica de uma necessidade histórica da classe trabalhadora, é capaz de fazer. Pois, como nos alerta a máxima atribuída a Gramsci, se a verdade é essencialmente revolucionária, o estudo teórico e a prática revolucionária na academia revela, põe em xeque e sugere alterações profundas aos olhos de estudantes e pesquisadores interessados pela causa proletária nas contradições fundamentais da forma social em que vivem.

Aqui cabe uma indagação de fundo: mas pode a academia, mesmo produzindo conhecimento crítico, ser responsável pela transformação social?

Acreditamos que não, pois a Escola (e a Universidade Moderna) são instituições inerentemente burguesas que têm, como função precípua, transmitir os valores, comportamentos, normas e visão de mundo dessa classe. Entretanto, isso não quer dizer que está excluída toda e qualquer possibilidade de que conteúdos e conhecimentos de interesse dos trabalhadores (tal como a teoria marxiana) possam ser transmitidos. Há a possibilidade de que essa transmissão ocorra, e quando ela se dá, é pelas vias da contradição, na qual, é o calor da luta de classes na sociedade civil que fornece a tônica. Como diz Tumolo (1991, p. 96):

[...] a escola pode se tornar uma "agência" de construção da hegemonia proletária na medida em que contribui na transmissão/apropriação do conhecimento historicamente acumulado, principalmente aquele produzido sob a perspectiva do proletariado. Antes de mais nada, há de se perguntar se tal papel cabe exclusivamente à escola. Parece haver um consenso que não; ou seja, a escola não é a única instituição para a qual está reservada a função da transmissão do conhecimento. No entanto, é certo que seja uma delas.

Todavia, mesmo as instituições de ensino e pesquisa se mostrando permeáveis em certo sentido aos conteúdos interessantes à classe trabalhadora, essa classe não pode permanecer ideologicamente dependente delas para a realização das transformações sociais, mas ao contrário, o que ela deve fazer é buscar a sua auto-educação conscientemente orientada.

Encaminhando essa discussão com Mészáros (2005) e, mantendo a concepção de interatividade dialética entre educação e forças sociais, podemos reter até o momento, a respeito da relação entre o marxismo e a academia, a noção de que só em uma perspectiva de crítica social radical, é que se pode afirmar que o sistema educacional como força ideológica primária, conformadora do sistema do capital, não fornece por si

só uma alternativa de superação da ordem dominada pelo trabalho estranhado e fetichizado, mas, ao mesmo tempo, não se deve descartar a ativa contribuição da educação para a transformação social emancipadora radical e muito menos o ensino de uma visão de história formatada pelo referencial marxista.

Marx em contato com a filosofia alemã de sua época: crítica e superação do idealismo de Hegel e do materialismo de Feuerbach

Muito embora Marx tenha “fundado” a sua própria concepção filosófica de história e ciência, superando “antropofagicamente” toda a tradição ocidental, ele nunca negou a participação do sistema hegeliano como o ponto de partida para fazer suas próprias conclusões, e ainda mais, conforme ele mesmo esclarece, a contribuição de Hegel foi especial também na elaboração de O Capital.

Convém citar o parágrafo onde o fundador da filosofia da práxis reconhece a importância de Hegel, em especial da lógica dialética, nas suas conclusões:

Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em que elaborava o primeiro volume de “O Capital”, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel, (...) como um “cão morto”. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo sobre teoria do valor, joguei, várias vezes, com seus modos de expressão peculiares. (Marx, 1994, p. 16-17).

Usando aqui a autoridade intelectual de Mészáros (1993), que analisou mais de perto a relação de Marx com a filosofia de Hegel, podemos dizer que o hegelianismo significou para ele a extrema contraposição do que foi o cume do desenvolvimento de sua própria teoria. Enquanto Hegel se orientava pelo “ponto de vista da economia política”, Marx abordava teoricamente a realidade sob o “ponto de vista do trabalho”.

Marx superou e reteve o que de melhor continha a filosofia hegeliana, atualizando em O Capital termos e estruturas de pensamento utilizadas por Hegel, tais como a dialética, a história e o trabalho. Em suma, o que podemos dizer, ancorados em Mészáros, é que Marx reconhece em Hegel o ponto de partida de sua teoria,

incorporando criticamente nela pressupostos como a dialética e a objetividade do homem – esta entendida como objetividade fundada no ser que trabalha – tudo isso exposto pela primeira vez na história da filosofia ocidental por Hegel na forma de um sistema articulado.

Assim, a relação de Marx com a filosofia alemã de sua época, em especial com o hegelianismo, foi o que o tornou o grande pensador da modernidade, elaborando com inigualável lucidez uma interpretação científica da sociedade capitalista e da totalidade do ser social sustentada por um método próprio.

No entanto, como já sabemos pela sua biografia, ao mesmo tempo em que respeitava Hegel, desde sua juventude Marx já fazia objeções aos encaminhamentos propostos pela filosofia hegeliana e pelos seus seguidores. É com esse tom de veneração crítica que Marx, já em 1843 e 1844, escreve, respectivamente, *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e *Introdução [Contribuição] à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* onde reflete sobre as limitações do sistema hegeliano para explicar materialmente as mudanças sociais colocadas em marcha pela instauração de uma sociabilidade burguesa e capitalista.

Num primeiro momento essa crítica à Hegel se fundamenta em objeções ao idealismo inspiradas pelo materialismo de Feuerbach, mas no momento seguinte Marx também vê limitações na análise “materialista” deste filósofo e passa, influenciado pelas análises de economia política, a formular sua própria ciência para a compreensão da sociedade moderna.

O salto definitivo de rompimento com a filosofia alemã de sua época em direção à formatação de seu corpus teórico autônomo se dará em 1845/1846 quando em conjunto com Engels (que anteriormente lhe revelara a importância da economia política para se explicar a sociedade moderna) redige *A Ideologia Alemã*, texto onde os autores acertam as contas com sua antiga consciência filosófica, conforme definição do próprio Marx no Prefácio da *Contribuição [Para] à Crítica da Economia Política*.

A originalidade científica de Marx: a superação da filosofia

Os primeiros indícios de uma contribuição marxiana radicalmente diferente do que até então o pensamento humano havia produzido já podem ser encontrados nas suas célebres Teses sobre Feuerbach de (provavelmente) 1845 onde, em parceria com Engels, esboça com traços precisos, a conformação de uma metodologia analítica assentada no que posteriormente veio a se chamar de materialismo histórico e dialético.

São nessas Teses, por exemplo, que encontramos a pequena citação que assevera que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (Marx, 2004, p. 120). Nela, Marx resume a sua compreensão de filosofia (e ciência), isto é, de acordo com o diagnóstico que ele faz da modernidade, a filosofia deve ser muito mais do que a mera contemplação analítica da realidade, ela deve ser conjugada com ação política, e sua finalidade deve ser a transformação social, e por isso, Filosofia.

Antes, porém, de poder chegar a essa síntese sobre a filosofia, Marx dedicou-se com profundidade à analisar as outrora inimagináveis transformações que a humanidade passava no século XIX com a instauração definitiva do sistema capitalista como modo de produzir e de viver. Para ele, as forças produtivas colocadas em marcha nesse século pelo conjunto do trabalho social ofereciam a possibilidade de suspender a humanidade a um outro patamar de liberdade nunca antes visto na história. No entanto, a classe social que em um outro momento havia sido a responsável em grande medida para criar essas condições, contraditoriamente impedia, política e economicamente essa possibilidade de emancipação humana; e nesse cenário, os estudos de economia política passam a ser considerados por ele condição *sine qua non* para explicar esse conjunto de transformações, e por conseguinte, as alterações nas relações materiais de vida como as fundamentais para efetivar a mudança do reino da necessidade para o da liberdade. É a partir dessa constatação que Marx passa a identificar nos interesses históricos da classe dos trabalhadores modernos a possibilidade para a superação dos limites à liberdade humana que a sociedade capitalista, pela sua dinâmica, impõe.

O salto inovador que Marx deu em relação a toda a tradição científica foi ter identificado a contaminação classista de toda e qualquer produção científica. E é ciente dessa filiação aos interesses de classe das concepções científicas que o fundador da filosofia da práxis cunha a sua própria descoberta como sendo proletária e revolucionária.

Constatando então, a superioridade do ponto de vista do proletariado em relação ao ponto de vista burguês, Marx vaticina na XI Tese que a superação da filosofia só se dará com a superação da sociabilidade burguesa.

No entanto, como nos ajuda Mészáros (1993), que, a saber, sobre esse assunto detém a autoridade do argumento, a citada XI Tese sobre Feuerbach é interpretada equivocadamente. Segundo ele, essa afirmação de Marx:

é freqüentemente compreendida de maneira unilateral: como uma rejeição radical da filosofia e um apelo para superá-la, 'substituindo-a pelo socialismo científico'. (Mészáros, 1993, p. 121)5.

A preocupação de Mészáros não é discutir à qual grupo social serve essa interpretação equivocada de Marx. De outra forma, ele vai explorar o significado da XI Tese de Marx sobre Feuerbach apontando a partir dela a originalidade da concepção científica e metodológica em Marx que vislumbra na transformação radical do existente a única possibilidade de realização da filosofia.

O que há em Marx é uma concepção de filosofia mais profunda, que envolve a unidade dialética de teoria e vida social. É esse seu entendimento de Filosofia (que o fará chegar a definição de realização da filosofia. Assim, conforme Marx nos diz pela letra do filósofo húngaro:

“A filosofia não pode se realizar sem a superação [Aufhebung] do proletariado, e o proletariado não pode se transcender sem a realização [Verwirklichung] da filosofia” (Marx apud Mészáros, 1993, p. 121).

O que Mészáros (e Marx) querem afirmar com isso é que a realização da filosofia compreende um “complexo programa prático” onde a filosofia é ela também caminho para a emancipação. Portanto, a atividade de realização da filosofia se dará articulando-se com práxis social, incluindo o conhecimento científico da realidade.

Constatando a dimensão total e dialética da realidade, Marx encaminhará uma crítica ao idealismo (de fundo burguês) da filosofia alemã. Para ele, a filosofia separada do mundo real é impotente, e a sua superação só se dará pela transformação do mundo real. Assim, a filosofia só poderia ser entendida se levado em conta a sua relação com o desenvolvimento objetivo das forças produtivas e das relações sociais de produção, ou seja, em relação ao terreno material em que ela pôde brotar.

Apesar de termos nos referido à XI Tese sobre Feuerbach como o primeiro indício de uma reflexão marxiana no campo da filosofia do conhecimento, podemos

também encontrar pensamentos seus desde suas outras obras da “juventude” onde já vislumbra no proletariado o veículo da concepção de ciência e Filosofia mais elevada.

Por exemplo, já em Introdução [Contribuição] à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, mesmo com uma posição ambivalente em relação ao idealismo hegeliano e ao materialismo de Feuerbach, e claramente influenciado pelos dois, Marx anuncia a célebre frase: “A teoria só se concretiza num povo na medida em que é a realização das suas necessidades” (2004, p. 54) ou ainda: “Mas a própria teoria torna-se, da mesma forma uma força material quando se apodera das massas” (2004, p. 53).

A seguinte citação de Mészáros é justificada pelo poder de sintetizar o que se quis dizer até agora:

Como Marx mesmo escreveu: “não se pode superar a filosofia sem realizá-la”, o que não pode ocorrer na própria ciência, mas tão somente na realidade prática ou práxis social, que inclui, obviamente, a contribuição da ciência. (Mészáros, 1993, p. 121. Grifos do autor)⁶.

E para quem sugere que Marx abandonou nos escritos da “maturidade” essa vinculação entre ciência e classe social em nome de uma suposta objetividade latente na realidade e equidistante do embate político, no posfácio da 2ª edição de O Capital, referindo-se à sua condição de crítico da economia burguesa ele diz que: “E se esta crítica representa a voz de uma classe, só pode ser a da classe cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes: o proletariado” (1994, p. 12).

Dessa forma podemos perceber que em Marx, desde seus primeiros ensaios críticos à respeito da filosofia de Hegel, até suas obras da “maturidade”, existe uma coerência onde, uma vez identificado os fundamentos que determinam a vida social, os ideais humanistas mais radicais do iluminismo (de qual Marx também era herdeiro) jamais poderiam se realizar sob o regime de produção burguês, e por isso a classe dos trabalhadores modernos (a classe produtora das riquezas, mas ao mesmo tempo a que carrega nas costas as penúrias do processo) seria a responsável por levar adiante o projeto de libertação humana, e portanto, a classe que mais necessitaria do armamento teórico científico do mais correto exame da realidade para explicar e encaminhar a revolucionarização do estado de coisas existente.

Marx submete, portanto, o conhecimento científico e filosófico do mundo à finalidade da transformação social radical pelas mãos de uma classe social específica, e dessa forma, para ele, só faz sentido falar em Filosofia, se esta estiver comprometida

com a realização das múltiplas faculdades dos homens, ou seja, a efetivação da omnilateralidade humana.

Algumas conclusões

Marx tornou-se um gigante do pensamento humano, primeiro, porque subiu nos ombros de outros gigantes, e segundo, porque pôde, a partir de um ponto de vista já superior, fundar sua própria teorização sobre a totalidade social. Ele foi capaz de, dialeticamente, superar seus predecessores retendo o que de fundamental continha as respectivas filosofias.

Ele refundiu numa interpretação original o que de mais avançado havia no materialismo antigo e no moderno com o idealismo alemão, juntando também a explicação burguesa de economia com os interesses dos trabalhadores expressos no movimento socialista, fornecendo-lhe o armamento teórico para suas reivindicações.

A incorporação crítica da dialética de Hegel nos seus textos por si já é capaz de fazer uma análise mais completa da totalidade do sistema capitalista do que qualquer outra, entretanto, a determinação de uma força política e histórica para o conhecimento é o que mais o distingue das epistemologias de origem burguesa e marca o seu diferencial em relação à elas.

Em suma é junto com Mészáros (1993) que podemos concluir que a Filosofia de Marx, e a seu “método” científico é potente e original, pois relaciona-se com uma força sócio-histórica concreta e funciona como integrante e necessária para o sucesso da luta pela emancipação, tornando-se princípio-guia de toda nova filosofia, contribuindo essencialmente para o desdobramento e a realização completa das potencialidades inerentes a uma prática emancipatória.

Notas

[1] Este trabalho referencia-se nos escritos do próprio Marx, mas também utilizará as leituras gramscianas e lukacsianas do autor, uma vez que acreditamos serem elas as que atualizam com maior fidelidade o marxismo contemporaneamente e que mais facilitam a compreensão dos escritos do próprio Marx em seu contexto original.

[2] Aqui nos referenciamos na biografia escrita para o livro sobre Marx da coleção Os Pensadores da editora Nova Cultural publicado em 2005.

[3]Veja bem, não queremos dizer em momento algum que o marxismo tenha sido a “filosofia” dominante nas universidades em algum momento, longe disso, por si só a análise da natureza de classe dessas instituições nos mostraria o contrário. No entanto, o que queremos é ressaltar que a campanha anti-marxista se intensificou nas últimas décadas do século XX, principalmente após a déblâcle da URSS (que por sua vez nunca foi socialista, mas esse é um outro debate) e do colapso das economias planificadas. Nota-se, no entanto, que no período das ditaduras na América Latina boa parte das teorias críticas já haviam sido banidas e/ou silenciadas nas instituições de ensino.

[4] Abre-se aqui uma grande nota para relatar um fato recente sobre o assunto: com o intuito de ilustrar e dar mais concretude ao que acabo de afirmar a respeito da campanha anti-marxista na academia, podemos citar o caso do então secretário-adjunto de Ensino Superior do governo de São Paulo, ex-professor e ex-diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, Eduardo Chavés, que em várias ocasiões manifestara-se contrário à existência do Centro de Estudos Marxistas – Cemarx – naquela universidade. Longe de considerar esse fato como exceção no que diz respeito ao trato com a teoria marxiana na academia, o posicionamento, que no extremo é político, de seus opositores e defensores, é a manifestação da luta de classes travada, na sua origem, no interior das relações sociais de produção burguesas.

[5] Apesar de Mézáros não nos informar “quem” interpreta de forma errônea essa tese, podemos argumentar aqui que debaixo dela cabem duas ordens de análises unilaterais, uma feita pelos declarados opositores do marxismo e outra pelo marxismo de viés economicista. Os primeiros podem utilizar essa tese para desqualificar a validade científica de Marx afirmando que o pensador dá primazia à ação política sem qualquer consideração pela reflexão filosófica; já a segunda ordem de análise pode interpretar a tese como um apelo de Marx à ação política do proletariado descompromissada da cuidadosa análise da realidade. Esse segundo tipo de argumentação serviu durante boa parte do século passado para fundamentar uma compreensão de atuação do proletariado em direção à transição socialista assentada apenas no desenvolvimento das forças produtivas.

[6] A frase citada encontra-se na Introdução de [Contribuição] Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

Referências bibliográficas:

BENOIT, Héctor. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. Crítica Marxista, vol. 1, nº 3, São Paulo, Brasiliense, 1996, p.14-44.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Prefácio à edição inglesa. São Paulo: Global Ed., s/d.

_____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã (parte IV) Anexo. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã, São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 134.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LUKÁCS, George. Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução: Carlos N. Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. Itens 1 e 2, p. 11-76.

_____. O Trabalho, In: Ontologia do ser social. Tradução de Ivo Tonet. (mimeografado).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã, São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. O Manifesto Comunista. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. - (Coleção Leitura).

MARX. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor).

_____. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor).

_____. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. 1. Livro 1º. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

_____. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, SP, Boitempo; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

TUMOLO, Paulo. Educação e Hegemonia no Brasil: Notas para uma reflexão crítica. Dissertação (Mestrado). Campinas, SP, [s.n.], 1991.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 11ª edição. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1996.